

FILOSOFIA, IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO *

Moacir Gadotti **

Estamos diante de um **tema amplo**: o tema das relações entre a filosofia, a ideologia e a educação. Substantivei-o dessa forma para ter um espaço suficientemente aberto e livre, onde pudesse colocar certas questões que considero pertinentes e ligadas ao temário da Semana.

Se não houver da parte de vocês outras exigências, proponho-me discursar num primeiro momento sobre essas questões e, num segundo momento, colocar essas questões em debate.

1 — A primeira delas é uma questão puramente semântica: **o que é ideologia**? Existem numerosas acepções de ideologia. Eu empregarei o termo “ideologia” para designar um pensamento teórico estruturado, exprimindo uma falsa visão da história, cuja finalidade é **ocultar** um projeto social, político e econômico da classe dominante. A **ocultação**, dentro desta acepção operacional de ideologia, é portanto um elemento fundamental de sua compreensão. Essa ocultação exprime-se dentro de uma sociedade dada através de distorções, de manipulações, da dominação e da repressão. Esse pensamento não é um pensamento puramente “teórico”, mas profundamente ligado a uma prática social e política. Essa ocultação não pode ser exercida sem um Estado que mantém, de um lado um **aparelho repressivo** a toda forma de desvelamento da ideologia e de outro lado, uma “pluralidade de **aparelhos ideológicos**” (Althusser), menos ostensivos, mas muito mais eficazes no serviço da ocultação. O aparelho repressivo, por ser ostensivo, é facilmente identificável. Os aparelhos ideológicos exercem menos ostensivamente seu papel de ocultação. São eles: a imprensa (rádio, televisão, jornais, revistas, propaganda etc.), o sistema de partidos, a família, a religião, a escola, o direito etc.

Esses aparelhos servem de veículos-meios de ocultação e de distorção, mesmo quando não diretamente ligados à doutrina política da classe

(*) Notas de uma conferência proferida dia 17 de outubro de 1977, aos alunos e professores do Curso de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, por ocasião da II Semana de **Estudos de Filosofia**.

(* *) Doutor em Educação; professor do Instituto de Filosofia da PUCC e da Faculdade de Educação de UNICAMP.

dominante. Eles funcionam como aparelho ideológico também quando assumem uma postura supostamente neutra. Eles são justamente mais eficientes no seu trabalho ideológico, quando se omitem, quando “não querem fazer política”. A subserviência da omissão interessa mais à dominação do que o combate a favor dela. O controle da dominação é maior quando obtém a “neutralidade”. A dominação vive da passividade e não da luta. A televisão é um exemplo típico: ela não está formando uma sociedade violenta e muito menos revoltada. Ela está formando gente passiva, gente que não pensa ou que pensa a realidade que não é a sua realidade. Ela serve para ocultar a realidade. Enquanto o telespectador “vive” os personagens de suas novelas preferidas, pensa como esses personagens e acaba esquecendo de pensar na sua realidade, nos seus problemas. Vejam portanto o papel ideológico da imprensa na sua tarefa de ocultação.

Tomei como exemplo a imprensa, mas podíamos examinar a escola, o direito, por exemplo.

Essa minha primeira colocação visa apenas esclarecer o que significa “ideologia” e como funciona. Tomo a palavra “ideologia”, portanto, como superestrutura ligada à distorção, à intenção de enganar, à dissimulação da situação real, agindo sobre os indivíduos de uma sociedade à maneira da coerção. Nesse sentido, podemos chamar de “ideológico” todo pensamento, todo discurso que, interpretando o mundo, o representa de maneira falsa, distorcida, cujos componentes essenciais ocultam suas raízes, suas origens econômicas, políticas, sociais. Portanto, não estou utilizando hoje o termo “ideologia” na sua acepção mais comum de doutrina de um partido político ou de um governo.

É a partir dessa acepção de ideologia que vou situar algumas questões para introduzir nosso debate de hoje.

2 – A primeira questão que coloco aos filósofos é esta: será que a filosofia ou certa filosofia, nesse sentido, não é uma ideologia ou exerce o papel da ideologia? Quando a filosofia é ideologia e quando ela não é?

Sem querer simplificar muito a “resposta”, podemos afirmar que uma filosofia não crítica, isto é, dogmática, é uma filosofia ideológica, posto que ela não tenta o **desvelamento**, a **desocultação** do que se propõe pensar, mas o justifica pelo passado, pelas verdades adquiridas. Mas não só essa filosofia dogmática é ideológica, como também a filosofia que se diz “neutra”, a filosofia “desinteressada” (aparentemente, portanto, desinteressada). Como o saber não é neutro, a ciência não é neutra, não há também filosofia neutra. Portanto, a filosofia neutra ou é ingênua (não crítica) ou está ocultando o seu verdadeiro

interesse: nos dois casos a filosofia é ideológica. Essas filosofias estariam desconhecendo o quanto o **conhecimento** e o **interesse** estão entreligados. Essas filosofias estariam desconhecendo ou ocultando suas raízes econômicas, políticas e sociais.

Vocês poderiam então perguntar-me: é possível fazer filosofia sem ideologia? Essa questão, de um ponto de vista lógico-formal é correta. De um ponto de vista lógico-dialético é mal colocada e exige uma explicitação. Se entendermos por ideologia a ligação entre o conhecimento e o interesse, entre o pensamento e suas raízes, suas origens, então toda filosofia é também ideologia, isto é, toda filosofia, enquanto pensamento, tem suas raízes econômicas, políticas, sociais. Se entendermos ideologia como a ocultação de interesse, então, há uma filosofia que não é ideológica mas que é essencialmente crítica da ideologia ou crítica das ideologias. Nesse caso a filosofia tem, de um lado, uma missão essencialmente hermenêutica (interpretativa) e, de outro, uma função essencialmente crítica, crítica dos pressupostos do conhecimento. Nesse sentido, só a **filosofia dialética** ou a Dialética não é ideológica. Porque a **Dialética** é essencialmente **crítica dos pressupostos**.

Esse discurso é teórico. É uma análise epistemológica certamente insuficiente — do estatuto da filosofia. Vamos compreendê-lo melhor, tomando concretamente o exemplo da **filosofia da educação**. Há certamente uma filosofia da educação que exerce um papel ideológico. Qual é essa filosofia? Estou fazendo simplificações. Mas, a filosofia que se contenta em legiferar em nome da educação é uma filosofia ideológica. Essa filosofia pretende “dizer” à educação o que ela deve fazer em nome de uma visão “total” e totalizante do mundo. Ao começar um curso de filosofia para professores universitários, muito recentemente, perguntei porque estavam interessados em estudar a filosofia da educação. A resposta foi quase unânime: “para saber como orientar nossa tarefa educativa”. Esses professores, provavelmente muito competentes em suas disciplinas, já haviam interiorizado a filosofia em seu papel ideológico: deixavam ao filósofo o poder de dizer o que é “bom” para eles. É apenas preguiça de pensar? Não. É a **filosofia dominante** exercendo seu papel ideológico: “deixe que eu pense por você”, “eu já tenho a grande teoria, a grande visão da totalidade, deixe-me por isso orientar a sua consciência”. Em termos mais políticos essa filosofia se resume no seguinte: “deixe que eu seja o guardião de sua segurança e de sua liberdade”.

Por essas razões — porque a filosofia pode ser uma ideologia — é que insisto freqüentemente que para se fazer uma filosofia da educação

é preciso começar por **educar a filosofia**. Para uma filosofia da educação que não seja ideológica, a educação deve representar um autêntico **desafio**. Para que a educação, o educador tire proveito de seu comércio com a filosofia, é preciso que esta última se coloque à **escuta** da educação, do educador, dos problemas da educação contemporânea. Para mim isso significa que uma filosofia da educação que não quer fazer o papel de cão de guarda da ideologia dominante deve começar por colocar-se à escuta daqueles problemas da educação contemporânea que precisam urgentemente de uma reorientação, de um repensar, de uma reconstrução. Aliás, essa reconstrução não é apenas uma exigência da educação brasileira. A própria sociedade brasileira precisa de uma reconstrução.

Nessa tarefa, a filosofia da educação deve renunciar ao privilégio que consiste em reservar aos filósofos a prática da filosofia. Todos os homens filosofam quando se interrogam sobre a finalidade do seu trabalho, das implicações de sua vida em sociedade, das condições de sua existência. O filósofo, **stricto sensu**, é aquele que transmite às massas de maneira sistematizada aquilo que delas recebeu de maneira confusa. O filósofo é o homem da **atenção**. É um homem atento. Nada mais. É atento porque acolhe, dá guarida, às questões, aos problemas freqüentemente distorcidos, manipulados ou simplesmente esquecidos. Ele não banaliza o fenômeno, as coisas, os seres, as questões que a consciência tecnocrática e a dominação banalizam. Ao mesmo tempo que ele toma a sério essas questões ele as afronta e as assume com coragem.

3 — Eu não me perguntei ainda se a educação é uma ideologia ou se é possível educar sem ideologia. Novamente a questão deve ser posta em termos dialéticos e não em termos formais. Mesmo porque não acredito que a lógica formal pudesse resolver essa questão. E aqui é preciso explicitar a própria natureza da educação: a educação não é uma **reflexão sobre**, mas uma **práxis**. A educação é essencialmente **ato**. Se aceitarmos a análise de Althusser, certamente a educação enquanto sistema ou subsistema é um aparelho ideológico em qualquer sistema político. Mas se aceitarmos que ela é também ato, práxis, então as coisas se complicam. Não podemos reduzir a educação, a complexidade do fenômeno educativo, apenas às suas ligações com o sistema. Certamente, o ato educativo é um ato político, é um ato social e portanto ligado à atividade social e econômica, ao ato produtivo. Mas não é só. O encontro que caracteriza o ato educativo guarda algo de original que não pode ser destruído nem reduzido pela ideologia. Está aí a chance da educação. É por isso que acredito nela, mesmo se ela é pega no círculo devorador da ideologia. A educação, sendo práxis, porque

ela é praxis é que pode escapar à ideologia. A ideologia não consegue dominar inteiramente o ato educativo; sempre fica um **espaço livre**. E é justamente esse canteiro que deve ser cultivado, esse espaço livre que o educador deve alargar. Mesmo numa educação da dominação, guiada por uma pedagogia opressiva, o educador ainda tem a chance de plantar neste espaço a semente da libertação.

Nossa tarefa de educador consiste justamente em tornar esse espaço livre, reduzido pela dominação, espaço dominante: fazer com que a liberdade triunfe sobre a dominação. Por aí percebe-se que o trabalho do educador não é apenas ensinar ou transmitir conhecimentos, nem fechar-se em seu trabalho puramente “educativo”. Se ele deve lutar por esse espaço de liberdade, sua luta deve ser prosseguida além da sala de aula, fora da escola.

4 – Conclusões.

Dessas considerações preliminares entre “a filosofia, a ideologia e a educação” tiro algumas conclusões que submeto inteiramente à apreciação de vocês.

a) De certo modo, identificamos a tarefa da educação e da filosofia perante a ideologia, como tarefa essencialmente ligada à **formação da consciência crítica**, à conscientização. Quero dizer que identificamos educar com conscientizar. O papel da conscientização de que nos fala Paulo Freire é essa decifração do mundo, dificultada pela ideologia; é esse “ir além das aparências”, atrás das máscaras e das ilusões, pagando o preço da crítica, da luta, da busca, da transgressão, da desobediência, enfim, da libertação. Isso significa que, hoje, um dos maiores obstáculos à conscientização é a própria educação, o próprio sistema escolar, funcionando como aparelho ideológico de ocultação da consciência. Assim, para educar (conscientizar) é preciso **lutar contra a educação**, contra a educação dominante que é a educação do colonizador. Não é suficiente apenas interrogar a educação sobre a natureza do seu projeto, sobre a sua função ideológica em relação ao contexto político, social e econômico. É preciso que essa crítica se prolongue por uma práxis, por uma ação que deve ser prosseguida, repito, fora da Universidade, nos meios onde podemos intervir.

b) A segunda conclusão é ligada a própria tarefa de uma filosofia da educação. De um lado, ele deve **evitar** a ilusão de pensar que sua intervenção seja imprescindível ou que basta filosofar sobre a educação para consertar os erros que porventura existam na educação. Reconhecer, portanto, em primeiro lugar, os **limites**, as limitações da reflexão crítica. A ilusão de que basta fazer um discurso para que o “curso das coisas” se modifique. Uma

reflexão fundamental sobre a educação só é estimulante e útil na medida em que pode mostrar concretamente os primeiros passos a dar na direção de uma educação mais autêntica.

Se a filosofia da educação tem alguma coisa a dizer de essencial, de importante, à educação, é necessário que ela caminhe passo a passo com a educação, com suas preocupações, suas inquietações, seus problemas. Novamente, isso implica que o filósofo não se contente em filosofar mas que assuma o risco de uma práxis.

c) Finalmente, a terceira conclusão é de que nossa tarefa de filósofos, de educadores, de cientistas, de intelectuais (não faço distinção entre eles enquanto intelectuais) é hoje uma **tarefa essencialmente crítica**. Somos freqüentemente acusados de que estamos confundindo política com educação, filosofia, ciência, arte etc., como se tudo isso fosse neutro, como se tudo isso estivesse se passando apenas no “mundo das idéias”. Não. A educação, a filosofia, a arte, a ciência não são neutras. Elas estão sempre vinculadas a uma sociedade, às relações de produção, ao modo de produção econômica, a um sistema político.

Assim, ao fazermos o nosso trabalho não podemos fazer abstração dessa vinculação, como não podemos fazer abstração de nossa subjetividade em nome de uma pseudoneutralidade científica. Como se a objetividade, o rigor científico, o respeito pela realidade, fossem sinônimos de neutralidade. Como se o educador, o filósofo, o artista, o cientista, não fizessem, eles também, parte do que buscam, analisam, criam, fazem. Como se a práxis pudesse explicar-se por ela mesma e não pelas finalidades que a motivam.

É porque eu recuso essa neutralidade impossível que me engajo numa busca radical, aberto ao diálogo. “A **radicalidade** é a característica de toda posição crítica. Se, de um lado, o pensador radical não pretende possuir a verdade e por isso busca o diálogo, por outro lado não faz concessões para facilitar simplesmente o processo de busca. Se ele aceitasse compromisso, calando-se quando ele deveria falar, gritar, ele estaria depondo as armas antes mesmo de lutar” (Paulo Freire).